

## **2ª REUNIÃO ONLINE GT2: PREVENÇÃO DE VIOLÊNCIAS CONTRA CRIANÇA – SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO – AÇÃO 7 PACTO INFÂNCIA SEGURA + COMITÊ PROTETIVO TJ/PR**

**Data:** 28.04.2021 (Quarta-feira, 10h às 11h05)

**Pauta:** 1- Planejamento da Jornada Regional da FORTIS; 2- Checar resultados dos encaminhamentos da última reunião; 3- Análise Sistêmica sobre o fenômeno da violência contra a criança e o adolescente; 4- Outros conteúdos de interesse do GT2.

**Canal da Reunião:** Plataforma Google Meet - <https://meet.google.com/yin-gteq-jdd>

**Moderação:** Cineiva Campoli Paulino Tono (SEJUF/DEJU)

**Público-alvo:** Responsáveis técnicos e Representantes da Força-tarefa Infância Segura/Comitê Protetivo Intersetorial TJ-PR.

### **Participantes:**

SEJUF/DEJU (Cineiva Tono, Tatiani Macarini, Luana Fiorentino)  
TJ-PR (Arlete Kubota)  
SEJUF/DEASE (Alison Batista)  
SEJUF/DEPCA (Salete Ferreira)  
SESP/CAPE (Major João Tsuruda)  
Associação Conselheiros Tutelares (Luciano Inácio)  
OAB/CDDCA (Cássia Bernadelli, Sílvia Carneiro Leão)  
SESP/Polícia Científica (Conrado Benessi)  
NRE Curitiba (Maria Isabel Moutinho)  
SEED (Simone Baroni, Fernanda Evangelista)  
ALEP/CRIAI (Thais Silva Carneiro)  
..... (Alexandra Maria Mihockiy)

### **Conteúdo:**

**Cineiva Tono**, antes de contextualizar os pontos de pauta e encaminhamentos da primeira reunião do GT2, inicia a reunião informando que até o presente momento não haviam recursos financeiros específicos para execução de atividades junto ao DEJU/Fortis, mas, neste momento, há indícios de que haja possibilidade de acessar recurso para vultuar campanhas, produções midiáticas, concursos e, informou que este GT2 está, também, para planejar e gerenciar ações de prevenção de violências contra crianças e adolescentes a partir destas estratégias. Assim, de imediato, comentou sobre isso para que os presentes pudessem contribuir com sugestões de atividades para prevenir a violência contra crianças e adolescentes.

Uma boa notícia que chegou até nós, em relação a curso de formação para os conselheiros tutelares é de que, o próprio Governo Federal está preparando um curso para todos os conselheiros tutelares do país, dentre estes os conselheiros do Paraná. Então, se tem a notícia que está sendo feito este movimento nacional, e, isto se liga com o próximo item (gestão de Informação na política da criança) que é entrar em

contato com os responsáveis pelo gerenciamento do SIPIA no governo federal, a partir de onde esse próprio sistema está sendo reformulado, e, que há necessidade de se readequar esse sistema e daí agregar esta matéria ao curso dos conselheiros tutelares, ou seja, temos um clamor de que os conselheiros, ou não registram ou registram em parte algumas informações no SIPIA, mesmo tendo a notícia que no Paraná, os conselheiros são os que mais mantêm o sistema atualizado, em comparação com os CT de outros estados da federação.

Em relação ao curso para as delegacias, demanda que chegou até ao DEJU/FORTIS vindo do NUCRIA Curitiba e Londrina, para trabalhar a formação dos profissionais das delegacias na especificidade de tratamento de casos que envolvem crianças e adolescentes, este em especial. Como é a Delegada Lívia do NUCRIA Londrina que atualmente é quem representa formalmente o NUCRIA na FORTIS, em substituição à Delegada Ellen Victor, sendo que a Lívia está de férias e por isto as tratativas do curso estão suspensas. Mas, o que se percebeu da primeira reunião com a Lívia e Ellen, a importância de toda essa construção feita com as demais matérias do curso, estando nesse momento fazer esse inventário para este curso se dê em sua especialidade e em profundidade.

Assim sendo, sendo estes os pontos de resgate até o presente momento, tendo em vista a riqueza das pessoas que compõem esse grupo, estamos abertos para sugestões relativas a todas estas tratativas e outras que porventura venham a cooperar com o trabalho de prevenção às violências contra crianças e adolescentes<sup>2</sup>.

**Luciano** pede a palavra e informa, em que pese estamos em pandemia a associação estadual está percorrendo o estado, inclusive o próprio informa ter estado em uma reunião em Cerro Azul na última semana, reafirma o fato de que o Paraná está em primeiro lugar na questão do preenchimento do SIPIA, mas hoje temos um problema maior que não é nem o conselheiro alimentar o SIPIA, que diz respeito à ferramenta que o conselheiro usa para alimentar o SIPIA, pois na maioria dos municípios os conselheiros tutelares não tem uma internet que dê uma possibilidade, de pelo menos, dois conselheiros estarem atuando na plataforma ao mesmo tempo, a exemplo de Contenda, que tivemos uma formação recentemente e infelizmente os conselheiros não estão alimentando o sistema lá por ter uma internet roteada da Secretaria de Educação, eles não tem uma internet própria para o conselho tutelar e isto acontece na maioria dos municípios do Paraná, deixando o sistema instável. Fato este que se somam as dificuldades que se tem uma vez que o sistema está sendo modificado, pois também causa instabilidade no sistema. Outro exemplo dado foi de uma formação que aconteceu em Paranavaí, cidade grande e não se conseguiu fazer a formação, pois a internet não ajudava, necessitando fazer a retirada dos conselheiros de Paranavaí para outra cidade, para que pudessem fazer a formação. Então a **título de encaminhamento** Luciano propôs que a FORTIS fizesse uma provocação no CEDCA para que, por conseguinte, o CEDCA provocasse os CMDCA das cidades para que estes colocassem dentre as prioridades da política pública da infância uma internet condizendo para os conselheiros terem condições de alimentar o sistema, pois são 422 sedes de Conselho Tutelar, mais de dois conselheiros, que se, dois Conselheiros forem alimentar o sistema no estado simultaneamente, serão mais de oitocentos acessos e, ter tudo no SIPIA é primordial.

**Tatiani Macarini** pede a palavra e informa que está demanda trazida pelo Luciano no sentido de modernizar a tecnologia para uso dos conselheiros tutelares, é uma demanda bastante antiga. Informa ainda que já trabalhou no SIPIA em meados de 2007, respondendo pelo SIPIA em um período, e, desde então já tinham esse problema que foi avançando pelos anos, e que essa falta de ferramenta, como internet, computador e outros, acabam dificultando o preenchimento do sistema, Tatiani, portanto, reforça o pedido do Luciano no sentido de provocar os conselhos para os municípios se organizem.

**Cineiva** questiona o Luciano sobre os equipamentos.

**Luciano** responde que teve uma deliberação no CEDCA, não tem certeza, mas acredita ser a n.º 07 que foi disponibilizado para os municípios dez mil reais para equipamento e 60 mil reais para aquisição de veículo para o Conselho Tutelar, no entanto aproximadamente 100 (cem) municípios ainda não receberam o valor, pois o CEDCA disponibilizou e o município não está habilitado para receber o recurso. Cita como exemplo, Cerro Azul que somente agora conseguiu o recurso para compra do refrigerador, bebedouro e uma impressora. Narra ainda que esse recurso está disponível há 09(nove) anos. Salienta, portanto, o encaminhamento e ainda complementa dizendo da importância de solicitar ao CEDCA um levantamento para descobrir quais municípios já responderam e quais estão impossibilitados por questões internas do município.

**Cineiva**, menciona que a demanda é importante e real e são duas vertentes, sendo a primeira a necessidade de equipamentos, portanto fica como encaminhamento pedir ao CEDCA algum instrutor que possa fazer algum documento questionando o município sobre o que estão precisando e onde estão barrando para compra de equipamentos e também a potencialização do município para acessar outros recursos que não só esses que já estão disponíveis há nove anos. E, trazer a COPEL para aumentar o link de internet independente do conselho municipal das crianças e dos adolescentes, com a justificativa de que, primeiro, criança e adolescente é prioridade absoluta, segundo, conselho tutelar é uma ponte entre a família, escola e o governo. Como encaminhamento, chamar como parceria a COPEL para ver o que precisa fazer para que eles se tornem parceiros da FORTIS e descobrir o que podem fazer para aumentar a capacidade dessa conexão e, em relação aos equipamentos precisa ser levantado o que está acontecendo. Pois, muitas das vezes estamos falando de curso para esses conselheiros, mas o que, verdadeiramente estão precisando são equipamentos e conexão à internet.

**Luciano** informa que o Paraná está como referência, ainda, por conta dos seguintes municípios: Curitiba com os 10 conselhos, São José dos Pinhais com 2 conselhos, Araucária com 2 conselhos, Londrina com 5 conselhos, Cascavel com 3 Conselhos, Ponta Grossa com 3 conselhos, Guarapuava, Pinhão, Pitanga, Na região Centro Sul são 52 municípios só 10% consegue alimentar. Sendo que o Paraná fica na frente de São Paulo, Santa Catarina e outros, por causa da demanda.

**Cineiva** concorda com as colocações do Luciano e agradece a participação, em seguida informa que vai dar continuidade na pauta, narrando que inverteu a pauta, sendo que primeiro fez um resgate da última reunião, apontando o status de cada item dos encaminhamentos e agora, vai partir para a jornada, e já em primeira instância informa precisar de algo da SESP, dizendo que na verdade na semana do dia 21 de março foi realizado a jornada da FORTIS em alusão ao dia mundial da infância, trabalhando segunda, quarta e sexta todos os direitos previstos no ECA para criança e adolescente e agora, a partir de junho até novembro, pretende-se realizar a jornada regional, tratando dos mesmos temas e direitos, porém regionalmente nos 22 escritórios regionais, percorrendo por mês no mínimo quatro escritórios regionais e os municípios que compõem o escritório, a exemplo de Londrina que tem 21 municípios, assim, no momento em que se fazer a jornada em Londrina será analisado os 21 municípios. Começando pelos 4 primeiros escritórios, analisando as planilhas e gráficos fornecidos pela SESP/CAPE que o Major Tsuruda passou e ver o hanking de ocorrências de violências contra Crianças e Adolescentes no primeiro trimestre de 2021 e seguindo essa ordem até fechar os 22. Desta forma, os 4 primeiros são: Curitiba, Londrina, Cascavel e Ponta Grossa. Para determinar quais serão os próximos, Cineiva informa que precisará de planilhas emitidas pelo Major Tsuruda, sendo que, quando pediu para a jornada estadual o Major trouxe os 10 municípios, mas que agora precisa dos 399 municípios, pois desses 399 municípios tem-se os 22 que nos servem dos escritórios regionais. A título de encaminhamento a Cineiva solicitou ao Major uma planilha eletrônica com um hanking dos 399 municípios com maior índice de violência em desfavor de crianças e adolescentes. Isto, pois, será

chamada nas próximas semanas uma reunião com os escritórios regionais onde será apresentada a proposta a partir do hancking.

**Major Tsuruda** questiona a Cineiva se esse hancking tem que conter todos os tipos de violências e procedimentos ou violências específica, informando a necessidade de ter que se estabelecer um critério para gerar esse hancking.

**Cineiva** responde dizendo que podemos organizar esse hancking aqui na reunião mesmo, lembrando-se de uma primeira reunião do GT a Dra. Ellen trouxe o fato de que 10% das denúncias possui elementos reais para instauração de um inquérito. Então, número de denúncia é uma coisa, mas a conversão em inquérito é o que importa. E, outra planilha é do tipo de violências dentro dos inquéritos que estão ampliadas como maus tratos, lesão corporal, violência sexual.

Em relação ao modelo que será apresentado nos municípios, Cineiva narra que será o mesmo modelo da jornada estadual, no entanto os dados e informações que serão apresentados serão municipais. Além disto, informou que os próprios escritórios regionais que vão organizar essas jornadas.

**Major Tsuruda**, questiona dizendo se na planilha vão pegar números brutos ou se será trabalhado com a taxa de habitantes.

**Cineiva** solicita que seja feita das duas formas.

**Tatiani** complementa dizendo que seria mais interessante fazer pela taxa, pois o dado bruto não representa nada e a taxa será feita pelos números dos habitantes, conseguindo fazer uma análise estatística mais profunda e, que colocaria o dado bruto só por colocar, mas desconsideraria e trabalharia com o percentual e com a taxa. **E, que quanto aos escritórios regionais encaminha para o Major.**

**Cineiva** fala ainda que o GT2s de prevenção da ação 7(sete) precisa desses dados, para se organizar e dar conta de outra ação que é a municipalização da FORTIS. Ou seja, tudo que esta sendo feito no estado, a partir da jornada será feito no município, onde o escritório regional será o ancora da jornada, no sentido de moderar, entrar em contato com os profissionais das secretarias e tudo mais, e os conselheiros serão o tempo todo acionados também para trazer não apenas o diagnóstico, mas também sugestões do que fazer. A entidade Conselho Tutelar é a que mais esta sendo acionada, por isto é necessário fortalecer e dar apoio a estes. Por fim, questiona se alguém tem uma sugestão, e pergunta para a Arlete indicação de juízes.

**Major Tsuruda**, questiona se nesses painéis vão apresentar dados de outras secretarias como saúde, educação, pois só os dados da violência não vão resolver, é necessário um olhar mais complexo/pleno das violências.

**Cineiva** responde dizendo que com certeza e que a demanda para a SESP hoje é no sentido de olhar o mapa do Paraná e ver o mapa de calor e definir uma sequência lógica. No momento da jornada, até a segunda semana de junho que será a primeira semana da jornada em quatro regionais, nós vamos pedir outros dados conforme o que o senhor mencionou.

Além disto, Cineiva menciona que, a nível estadual teve-se o apoio do DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, na jornada municipal serão os próprios membros da rede de proteção municipal e a proposição desta jornada é do Departamento de Justiça da SEJUF, da Comissão de defesa dos direitos da Criança e do Adolescente da ALEP, e, por fim, questionou a Arlete se o Comitê Intersetorial Protetivo poderia ser apoiador da Jornada também.

**Arlete** respondeu que sim e que podem conversar sobre isto, por ser muito importante, e que na próxima reunião já dá um retorno após conversa com a Dra. Noeli.

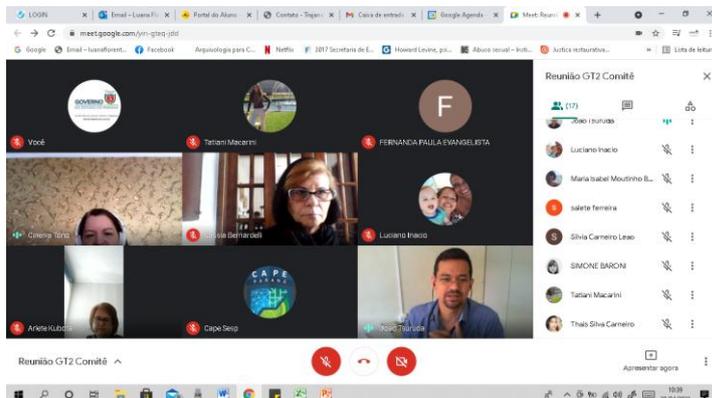
**Cineiva** questiona se alguém tem alguma dúvida, oposição ou sugestão a algo da Jornada. Em vista do silêncio, Cineiva fala sobre a presença da Tais que está representando a CRIAI e informa à mesma, sobre a possibilidade dela estar informando a CRIAI sobre a execução da Jornada.

**Arlete** se manifesta reforçando que o objetivo do TJ também é a interiorização e acredita que a ação será muito efetiva.

**Cineiva** por fim menciona que o termo de adesão a FORTIS está neste momento sob análise da PGE e que, até junho acredita estar preparado para dar início a essa construção e encerra a reunião às 11h05. Sendo a presente ata redigida por **Luana Florentino Fonseca, Residente Técnica Departamento de Justiça – SEJUF.**

#### **Encaminhamentos:**

1. SESP/CAPE elaborará e enviará para DEJU/FORTIS as planilhas e gráficos de ocorrências de violências/crimes contra crianças e adolescentes em 2020 e equivalente aos primeiros meses de 2021, segundo o dado bruto e, relacionando o número de habitantes, para os 399 municípios do Paraná. (Planilha eletrônica com dados de violência em desfavor de crianças e adolescentes por taxa e de inquéritos instaurados – 399 municípios).
2. Consulta à gestão do Comitê Protetivo Intersectorial (TJ) para apoio às Jornadas Regionais da Fortis.
3. Verificação da questão levantada acerca da deliberação de recursos para compra de eletrônicos e de veículos pelos municípios aos conselhos tutelares e que, ainda, há 100 municípios que não acessaram tal recurso.
4. Reunião com a COPEL para disponibilização/aumento de link de internet aos Conselhos Tutelares.



Curitiba, 28 de abril de 2021.

**Luana Florentino Fonseca**  
Residente Técnica do Departamento de Justiça  
Secretaria de Justiça, Família e Trabalho

**Cineiva Campoli Toni**  
Assessora Técnica do Departamento de Justiça  
Secretaria de Justiça, Família e Trabalho